

## PESQUISA BIBLIOMÉTRICA SOBRE ENSINO EM DIREITO

João Augusto Grecco Pellosi 1  
Willyan da Silva Caetano 2  
Lucival Bento Paulino Filho 3  
Anderson Martins Corrêa 4

### RESUMO

Realiza-se neste trabalho uma sistematização das produções acadêmicas que versam sobre o Ensino em Direito, estudo tal denominado estado da arte. A finalidade desse estudo é verificar o contingente de produções nacionais sobre a referida temática e apresentadas em periódicos científico-jurídicos, detentores de extrato Qualis exclusivamente A1, credenciados e disponibilizados no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com o recorte temporal no período de 2014 a 2019. Utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliométrica por meio da análise quantitativa de produções acadêmicas existentes nos periódicos selecionados e que versem sobre o ensino jurídico. As referidas produções acadêmicas apresentadas neste estado da arte sobre o Ensino em Direito evidenciam a importância da temática ante os desafios inerentes às dinâmicas transformações sociais e econômicas que se notabilizaram nas últimas décadas, sobretudo no contexto acadêmico, situação que franqueia novas possibilidades de pesquisa, considerando os dados bibliométricos coletados e quantificados.

**Palavras-chave:** Análise bibliométrica, Ensino em Direito, Produção Científica.

### INTRODUÇÃO

A qualidade no ensino de matérias eminentemente jurídicas existentes nas faculdades de Direito, assim como nos demais cursos de bacharelado, é sobremaneira deficiente ante a complexidade do processo de ensino e aprendizagem, pois apesar de haver professores capacitados no aspecto técnico das matérias, muitas vezes eles não têm os conhecimentos necessários para exercer a docência, ou seja, eles não têm uma formação pedagógica que permita articular conhecimentos da didática com os da área jurídica.

É comum presenciarmos entre os acadêmicos do curso de Direito discussões sobre questões referentes ao trabalho do professor, evidenciando as dificuldades existentes na transmissão do conhecimento de maneira eficiente. Sobre essa questão, Gil (2007) esclarece que é referente a “falta de didática” que repousa a maioria das críticas em relação aos

---

<sup>1</sup> Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). E-mail: japellosi@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). E-mail: professorwillyancaetano@gmail.com

<sup>3</sup> Mestrando do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). E-mail: lucivalbento@gmail.com

<sup>4</sup> Professor orientador: Doutor, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: anderson.correa@ifms.edu.br

professores e que, por essa razão, muitos professores e postulantes à docência em cursos universitários vêm realizando cursos de Didática do Ensino Superior, que são oferecidos em nível de pós-graduação.

Diante da relevância dessa temática, o objetivo deste artigo é sistematizar, por meio do Estado da Arte, as produções acadêmicas que versam sobre o Ensino de Direito. Para tanto, este levantamento fundamenta-se na verificação do contingente de produções apresentadas em publicações nos principais Periódicos Jurídicos disponíveis no Brasil, com o recorte temporal no período de 2014 a 2019.

Utilizamos como procedimento metodológico o levantamento bibliométrico dessas produções, característica das pesquisas denominadas Estado da Arte que, segundo Ferreira (2002), possuem caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Assim, levando-se em conta que a bibliometria é a área de estudo que usa métodos matemáticos e estatísticos para investigar e quantificar os processos de comunicação escrita, procurou-se agir com extrema minuciosidade nesta pesquisa que, como fontes de referências para a adequada construção do estado da arte, utilizou produções acadêmicas publicadas em periódicos eminentemente jurídicos detentores de extrato Qualis exclusivamente A1, credenciados e disponibilizados no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A justificativa para realização da pesquisa em tela é a possibilidade de fornecer um mapeamento das produções acadêmicas que versam sobre o ensino na área jurídica, permitindo que a análise desses estudos possibilite a identificação dos caminhos que eles vêm tomando, além de constatar as lacunas ainda existentes sobre o ensino de Direito revelando novas perspectivas de produções acadêmicas.

Além desta introdução e das considerações finais, este trabalho está estruturado em mais três seções. A primeira seção apresenta a metodologia adotada na presente pesquisa bibliométrica. A segunda seção atine especificamente ao desenvolvimento deste trabalho, abordando as concepções sobre a ferramenta estatística utilizada e seus pressupostos de análise, bem como as transformações na sociedade e sua correlação com o Ensino em Direito. A terceira seção apresenta e discute os resultados obtidos nesta pesquisa.

## **METODOLOGIA**

A utilização da abordagem bibliométrica para, do ponto de vista quantitativo, analisar a produção científica de determinada área de conhecimento visa realizar um levantamento estatístico daquilo que vem sendo estudado, permitindo identificar e caracterizar áreas e campos de conhecimento específicos, tal como argumentado por Silva, Hayashi e Hayashi (2011).

Nesse sentido, o presente artigo, a fim de apresentar os resultados de uma pesquisa bibliométrica, buscou identificar a produção científica nacional relacionada com o Ensino em Direito. Para tanto, selecionou-se como fonte da pesquisa os principais Periódicos Jurídicos disponíveis no Brasil e, dentro dessas fontes de pesquisa, investigou-se toda produção científica adequada ao tema proposto.

Diante da relevância da temática sobre o Ensino em Direito, apresentamos a seguir, de forma pormenorizada, a metodologia de pesquisa utilizada para execução da presente pesquisa.

A elaboração deste trabalho foi realizada por meio de levantamento bibliométrico, com o recorte temporal de 2014 a 2019, utilizando-se o descritor “ensino”. A busca dessas produções foi realizada em 5 revistas científicas nacionais, as quais foram escolhidas em razão de sua relevância e credibilidade no contexto jurídico-educacional, tanto é que todas detêm o estrato Qualis A1.

Naturalmente, como o enfoque deste nosso estudo é o Ensino em Direito, a Área de Avaliação de todos os periódicos onde foram realizadas as pesquisas é Direito e a relação dos periódicos é a seguinte: Revista Jurídica da Presidência, Veredas do Direito, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Revista Brasileira de Direito IMED e Revista de Direitos e Garantias Fundamentais.

## **DESENVOLVIMENTO**

Há mais de 40 anos, diversos pesquisadores brasileiros recorrem à análise bibliométrica para realizar levantamento de toda produção científica sobre um determinado assunto. Aliada a isso, a precípua necessidade de rever o ensino jurídico dos cursos de Direito se tornou em um fator motivador para a elaboração deste artigo, haja vista os métodos utilizados no ensino de Direito serem de suma importância para a formação do jurista do futuro.

A concepção de que a análise bibliométrica é uma ferramenta estatística utilizada para medir a produtividade da atividade científica de forma a produzir resultados quantitativos ordenados é defendida pela pesquisadoras Guedes e Borschiver (2005) quando elas definem

bibliometria como sendo uma ferramenta estatística que permite mapear e gerar diferentes indicadores de tratamento e gestão da informação e do conhecimento, destacando que isso se dá, especialmente, em sistemas de informação e de comunicação científicos e tecnológicos, e da produtividade, necessários ao planejamento, avaliação e gestão da ciência e da tecnologia, de uma determinada comunidade científica ou país.

De maneira semelhante, Macias-Chapula (1998) conceitua bibliometria como o estudo dos aspectos quantitativos da produção, da disseminação e do uso da informação registrada, onde desenvolvem-se padrões e modelos matemáticos para medir esses processos, usando seus resultados para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisão.

Insta observar que alguns preceitos regem a análise estatística da bibliometria, destacando-se dentre eles a denominada Lei de Bradford, também chamada de Lei de Dispersão, a qual estabelece que a medição da produtividade das publicações permite estabelecer o núcleo e as áreas de dispersão sobre um determinado assunto em um mesmo conjunto de periódicos.

Em complemento a isso, Vanti (2002) relata que a análise bibliométrica também se serve de conceitos e procedimentos presentes nas Leis de Lotka (Lei do Quadrado Inverso) e de Zipf (Lei do Mínimo Esforço). A primeira aponta para a medição da produtividade de autores mediante um modelo de distribuição tamanho-frequência dos diversos autores em um conjunto de documentos. A última consiste em medir a frequência do aparecimento de palavras em vários textos, gerando uma lista ordenada de termos de uma determinada disciplina ou assunto.

Segundo Saes (2000), os indicadores bibliométricos são empregados para analisar o tamanho, crescimento e distribuição da bibliografia científica, de forma a melhorar as atividades de informação, documentação e comunicação científica e, também, para analisar os processos de geração, propagação e uso da literatura científica com a finalidade de conhecermos os mecanismos da investigação científica enquanto atividade social e a dinâmica e estrutura dos grupos de investigadores que produzem e utilizam esta literatura.

Feitos os necessários esclarecimentos sobre a análise bibliométrica, insta destacar que é notório que as grandes e dinâmicas transformações sociais e econômicas que se notabilizaram nas últimas décadas, sobretudo em decorrência do avanço tecnológico, têm provocado reflexos em diversas esferas de existência das pessoas, impactando suas relações sociais e laborais.

Partindo do pressuposto de que o trabalho é uma singularidade que diferencia o homem dos outros animais e que, inequivocamente, desde seus primórdios está intimamente

relacionado com a educação (SAVIANI, 1989), constatamos que as atuais transformações também irradiam seus efeitos sobre as práticas do mundo acadêmico.

As lições de Bauman (2009) nos auxiliam a entender esse cenário de transformações quando fazem a comparação daquilo que denominam como antigo estágio da humanidade (estágio sólido) com o atual (estágio líquido), preceituando que enquanto aquele estágio se firmava na plena confiança no homem e em sua capacidade de moldar o próprio futuro, o atual estágio se caracteriza pela ausência de forma definida, havendo mobilidade e inconsistência.

Nesse contexto de impermanência, onde o estágio sólido da humanidade vem sendo substituído por uma “modernidade líquida”, situa-se a educação contemporânea, estando incluídas aqui as práticas, ou melhor, o ensino jurídico nas faculdades de Direito.

Dessa forma, a fim de prover uma compreensão mais rica das rápidas mudanças que estão ocorrendo globalmente nas profissões jurídicas, haja vista o Direito ser um fato ou fenômeno social, evidentemente o ensino jurídico deve acompanhar o movimento de inovação e interdisciplinaridade.

A sociedade está se modificando e, conseqüentemente, adaptar o modo de ensinar o Direito é imprescindível. Tanto é que, segundo Bassalobre (2013), há a necessidade de novas práticas docentes, as quais exigem a reflexão sobre as práticas em sala de aula, fato que, naturalmente, implicará na construção de um novo modo de aprender e de ensinar. Corroborando isso, Medeiros, Miranda e Miranda (2010) esclarecem que a aula tradicional em que os estudantes desempenham apenas papel passivo não interessa mais a eles e está fadada ao fracasso.

Em complemento ao entendimento de que aprendizagem educacional corresponde à aquisição de conhecimentos ou desenvolvimento de habilidades em decorrência de experiências educativas, Gil (2007) afirma que, visando facilitar a construção do conhecimento, cabe ao professor escolher qual é a metodologia de ensino-aprendizagem mais adequada para adotar em sala de aula, devendo realizar um levantamento prévio sobre os estudantes a fim de definir qual a melhor metodologia a ser aplicada. Dessa forma, como o professor é o responsável por conduzir essa interação na busca do saber, ele precisa considerar as diferenças individuais de cada aluno durante o processo educacional.

Durante o ensino de Direito, o professor de realizar problematizações sobre a matéria de forma a levar seus alunos a refletirem sobre suas próprias e distintas realidades. Tal ideia é apoiada pelos ensinamentos de Freire (2011), onde apresenta-se que o papel do professor é

motivar o aluno por meio de inquietações, curiosidades, reflexões e desafios, de forma a propiciar que os alunos se percebam criticamente no mundo, pois quanto mais se problematizar os educandos, mais eles se sentirão desafiados e, quanto mais eles forem desafiados, mais se sentirão impelidos a responder ao desafio.

No contexto do Ensino em Direito, é certo afirmar que o docente deve apropriar-se da função de mediador da aprendizagem de seus alunos, incumbindo-se de analisar a relevância das informações, facilitando o processo de descobrimento do sentido no emaranhado de materiais e atividades disponíveis. Isso é esclarecido por Libâneo (1998) ao afirmar que, ao mediar a relação ativa do aluno com a matéria, o professor deve ter em consideração o conhecimento, a experiência e o significado que o aluno traz à sala de aula, de forma a respeitar e ampliar o conhecimento de mundo ou o conhecimento prévio de cada aluno.

Conforme observamos, a adoção de novas estratégias de Ensino em Direito, quando devidamente imbuídas de intencionalidade, podem favorecer o rompimento de práticas pedagógicas tradicionais, mecânicas, focadas na simples preparação técnica para o mercado que, historicamente, demonstram ser limitadas e improfícuas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Ensino em Direito é, sem dúvida alguma, um tema de grande relevância no contexto acadêmico e, diante disso, apresentamos a seguir os resultados deste trabalho, os quais consistem no levantamento quantitativo das produções acadêmicas que tratam do tema em comento.

A pesquisa em 5 revistas científico-jurídicas pátrias, detentoras do estrato Qualis A1, no recorte temporal de 2014 a 2019, resultou na localização de 53 artigos, distribuídos da seguinte maneira: na Revista Jurídica da Presidência foram localizados 6 publicações, no periódico Veredas do Direito foram localizados 19 publicações, na Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais foram localizados 4 publicações, na Revista Brasileira de Direito IMED foram localizados 20 publicações e, por fim, na Revista de Direitos e Garantias Fundamentais foram localizados 4 publicações.

Os resultados bibliométricos estão quantitativamente demonstrados na Tabela 1 onde, nas colunas, os números representam as quantidades de artigos encontrados em cada ano, por revista/periódico).

**Tabela 1 – Resultados da pesquisa de Ensino em Direito**

Fonte	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Revista Jurídica da Presidência	-	-	4	1	-	1	6
Periódico Veredas do Direito	3	5	2	4	4	1	19
Revista da Faculdade de Direito da UFMG	-	-	1	1	2	-	4
Revista Brasileira de Direito IMED	1	3	7	4	5	-	20
Revista de Direitos e Garantias Fundamentais	-	-	-	3	1	-	4

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Em seguida, visando permitir a abordagem do assunto em tela sob pontos de vista diferenciados, elaboraram-se outras análises com os resultados encontrados, as quais, consequentemente, são capazes de nos possibilitar conclusões diversas.

Na Tabela 2 pode-se observar o resultado do ponto de vista temporal, quantitativamente por ano.

**Tabela 2- Resultados por ano**

Ano	Quantidade	Porcentagem
2014	4	7,55 %
2015	8	15,09 %
2016	14	26,42 %
2017	13	24,53 %
2018	12	22,64 %
2019	2	3,77 %
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Na Tabela 3 pode-se observar o resultado total da pesquisa por periódico.

**Tabela 3- Resultados por periódico**

Periódico	Resultado	
	Quantidade	Porcentagem
Revista Jurídica da Presidência	6	11,32
Periódico Veredas do Direito	19	35,85
Revista da Faculdade de Direito da UFMG	4	7,55
Revista Brasileira de Direito IMED	20	37,73
Revista de Direitos e Garantias Fundamentais	4	7,55
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Com base nos resultados obtidos por meio da pesquisa e, ainda, mediante sua distribuição nas tabelas acima (Tabela1, Tabela 2 e Tabela 3), constatamos a nítida manifestação do preceito denominado Lei de Bradford, também chamado de Lei de Dispersão, o qual concentra sua descrição no comportamento repetitivo das ocorrências de um determinado campo do saber, ou seja, segundo o preceito de Bradford, poucos periódicos produzem muitos artigos e muitos periódicos produzem poucos artigos, como verificamos ser o caso do Periódico Veredas do Direito e da Revista Brasileira de Direito IMED.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imperiosa necessidade de o ensino jurídico no Brasil acompanhar o desenvolvimento da sociedade nos conduziu à presente pesquisa bibliométrica, onde as produções acadêmicas quantificadas evidenciaram a importância da temática deste estudo, qual seja o Ensino em Direito.

Constatou-se que a existência de 53 trabalhos publicados em periódicos de extrato Qualis A1, no período de 2014 a 2019, na Área de Avaliação de Direito, fato que evidencia a importância que vem sendo devotada à temática e, também, demonstra que eventuais lacunas sobre o ensino jurídico nos cursos de Direito vêm sendo preenchidas ou, ao menos, amplamente pesquisadas.

Outra constatação refere-se à distribuição das produções acadêmicas entre os periódicos pesquisados, haja vista 2 deles conterem mais de 73% das publicações sobre o tema, quais sejam o Periódico Veredas do Direito e a Revista Brasileira de Direito IMED, relegando às demais revistas jurídicas de extrato A1 e de ampla abrangência, incluída aqui a Revista Jurídica da Presidência, apenas 27% das publicações nacionais.

Por fim, salientamos que as informações produzidas neste estado da arte sobre a temática do Ensino em Direito são relevantes para se diagnosticar o que se tem pesquisado sobre essa temática, como ela se apresenta diante do contexto atual, bem como proporcionar aos pesquisadores maior conhecimento de sua abrangência. Servem ainda para evidenciar a necessidade de continuar realizando-se estudos voltados ao ensino jurídico abrindo novas possibilidades de pesquisa, considerando os dados bibliométricos quantificados.

## REFERÊNCIAS

BASSALOBRE, Janete. Ética, responsabilidade social e formação de educadores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 311-317, mar. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista sobre Educação. Desafios Pedagógicos e Modernidade Líquida. [Entrevista cedida a] Alba Porcheddu. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a16.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2019.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 79, p. 257-272, ago, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, São Paulo: Paz e Terra, 50. ed. 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**, São Paulo: Atlas, 4.ed. 2007.

GUEDES, Vânia; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. *In: Encontro Nacional de Ciência da Informação*, VI, 2005, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em: [http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi\\_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf](http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf). Acesso em: 20 jun. 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?**, São Paulo: Cortez, 1998.

MACIAS-CHAPULA, Cesar. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.

MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira; MIRANDA, Gilberto José; MIRANDA, Aline Barbosa de. A arte no processo de ensino-aprendizagem e sua contribuição para a formação do contador: dramas e descobertas do estudante-artista. **Revista Eletrônica de Administração**, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 2, p. 422-445, maio/ ago. 2010.

SAES, Sueli Gonsalez. **Estudo bibliométrico das publicações em economia da saúde, no Brasil, 1989-1998**. 2000. 115 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração de Serviços de Saúde) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de Politecnia**, Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SILVA, Márcia Regina da; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n.1, p. 110-129, jan./jun. 2011.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Revista Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002.